



**AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE CATAGUASES/MG**

**Pregão Eletrônico nº 015/2025
Processo Licitatório nº 108/2025**

Vertentes Materiais Esportivos Ltda inscrita no CNPJ sob o nº 52.755.750/0001-77, vem, respeitosamente, à presença desta Comissão de Licitação, por seu representante legal que esta subscreve apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do **Pregão Eletrônico nº 052/2025**, do Município de Cataguases/MG, requerendo a análise e a retificação dos itens abaixo relacionados, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor.

1. DA TEMPESTIVIDADE

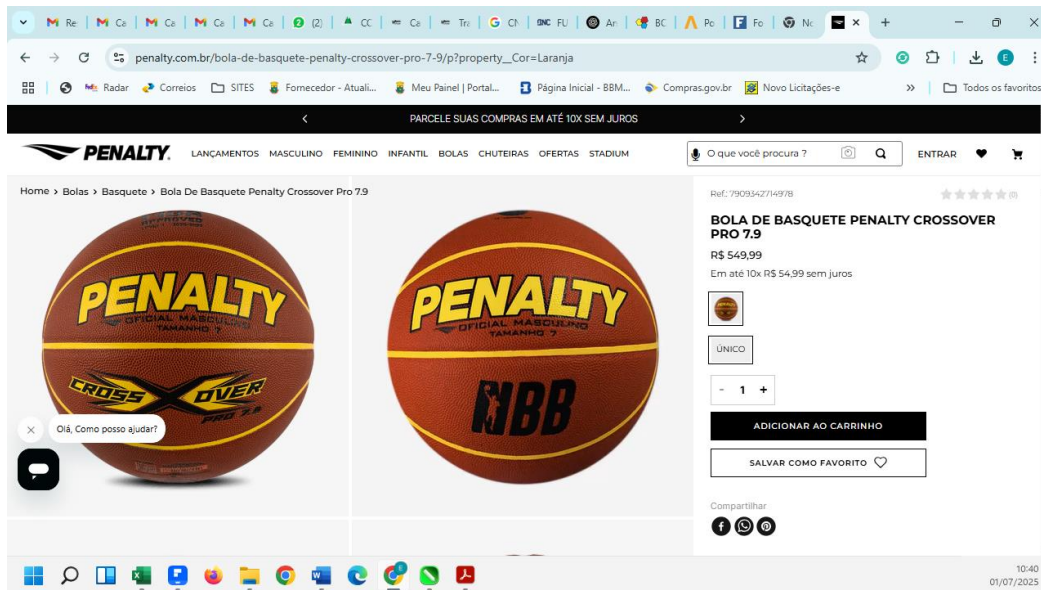
Nos termos do item 9.2 do Edital e do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, esta impugnação é tempestiva, considerando-se a data de abertura da sessão pública (10/07/2025) e que o presente protocolo se dá com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência.

2. DOS ITENS IMPUGNADOS E FUNDAMENTOS TÉCNICOS

2.1. Itens 5, 6, 7 e 8 – Bolas de Basquete com “miolo Slip System” e aprovação CBB

O edital exige que as bolas de basquete contenham **miolo com tecnologia Slip System e aprovação da Confederação Brasileira de Basquete (CBB)**. Ambas as exigências, além de restritivas, são características diretamente ligadas à **marca Penalty**, conforme se verifica no site da própria fabricante.

Além disso, chama atenção o fato de que o edital estipula valores estimados entre **R\$ 150,30 e R\$ 266,09**, enquanto a mesma bola com tais especificações, como a **Crossover Pró 7.8**, custa **R\$ 549,90** no site da fabricante (https://www.penalty.com.br/bola-de-basquete-penalty-crossover-pro-7-9/p?property_Cor=Laranja).



1. Mesmo modelos mais simples com Slip System em borracha chegam a **R\$ 282,00** (<https://www.rythmoon.com.br/produtos/bola-de-basquete-7-6-crossover-viii-penalty>)

Esses fatos revelam:

- Direcionamento disfarçado por termos técnicos;
- Pesquisa de preços falha, com estimativas muito abaixo do mercado;
- Potencial violação ao art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que **veda cláusulas que comprometam a competitividade**.

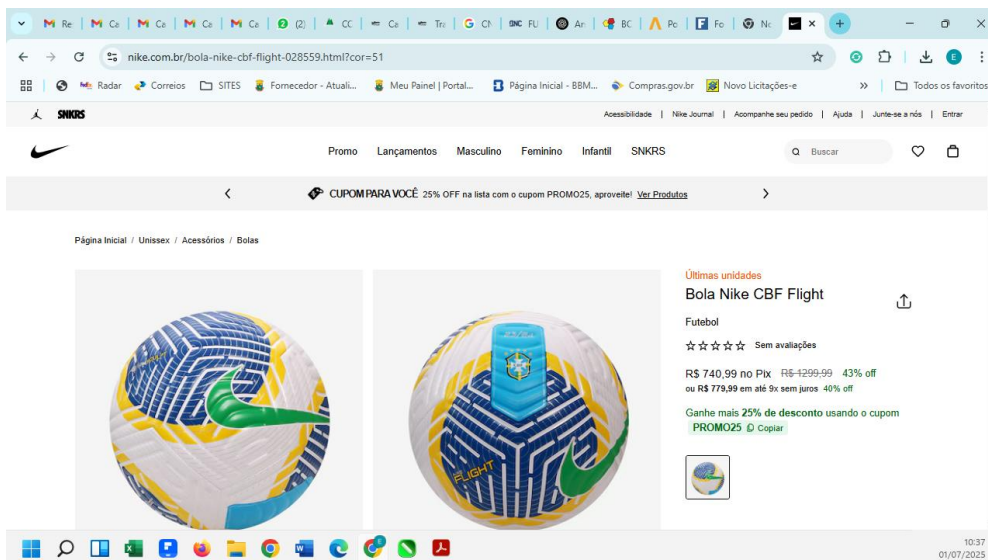
2.2. Itens 9 e 10 – Bolas de Futebol com selo da CBF

O edital prevê:

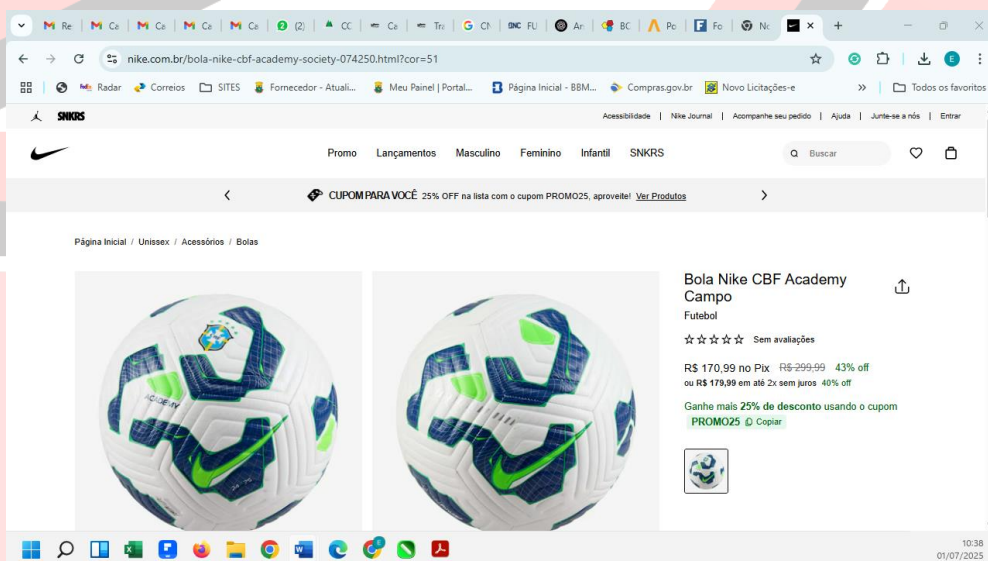
- Item 09: bola de PU com costura e selo CBF por **R\$ 194,80**;
- Item 10: bola “campo nº 4” aprovada pela CBF por **R\$ 86,21**.

No entanto, as bolas com selo oficial da CBF disponíveis no mercado são comercializadas diretamente no site da Nike:

- **Bola Nike CBF Flight – R\$ 740,00** (<https://www.nike.com.br/bola-nike-cbf-flight-028559.html?cor=51>)



- **Bola Nike CBF Academy Society – R\$ 161,49 no Pix**
(<https://www.nike.com.br/bola-nike-cbf-academy-society-074250.html?cor=51>)

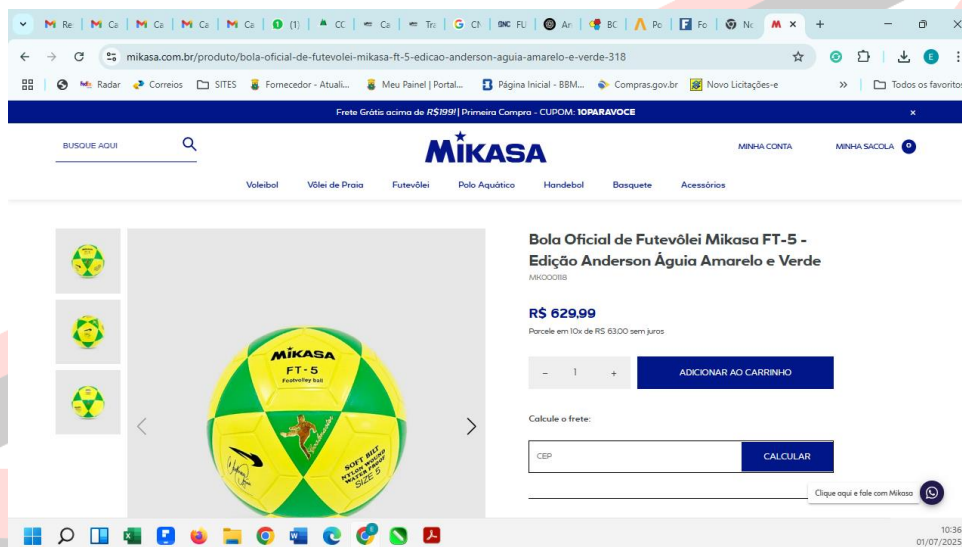


Ou seja, os preços constantes no edital estão **muito abaixo do praticado no mercado**, demonstrando que a pesquisa de preços foi **incompleta, inconsistente e tecnicamente equivocada**. Tal distorção compromete a viabilidade da licitação e infringe o art. 5º da LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), que exige **motivações técnicas adequadas** nos atos administrativos.

2.3. Item 11 – Bola de Futevôlei Mikasa FT-5 com selo FIFA

Este item beira o absurdo técnico.

- A bola Mikasa FT-5, indicada no edital como referência, **não possui homologação da FIFA**, como falsamente se afirma.
- A própria FIFA não regulamenta o futevôlei. A modalidade possui federação própria e independente o que pode ser verificado facilmente no próprio site da entidade (<https://inside.fifa.com/innovation/standards/footballs>).
- Além disso, o preço estimado de **R\$ 77,41** está **completamente fora da realidade**: o modelo oficial custa **R\$ 629,99** (<https://www.mikasa.com.br/produto/bola-oficial-de-futevolei-mikasa-ft-5-edicao-anderson-aguia-amarelo-e-verde-318>).



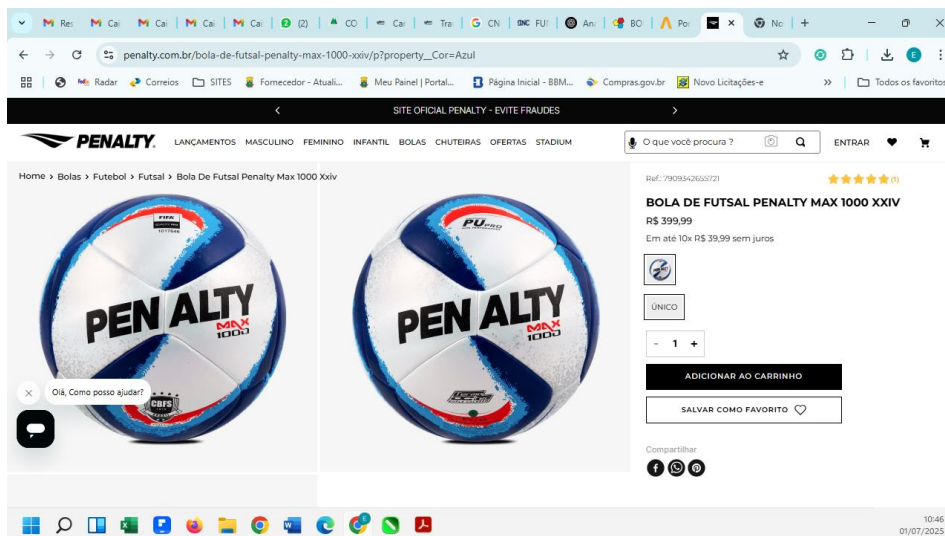
Tal erro técnico, além de fragilizar juridicamente o edital, coloca em risco a **isonomia entre os licitantes** e compromete a efetividade da contratação.

2.4. Itens 12 e 13 – Bolas com selo da CBFS

O item 12 exige bola com selo da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS) com tecnologia Termotec, enquanto o item 13 também exige o selo CBFS, mas com valor estimado de apenas **R\$ 69,39**.

Contudo:

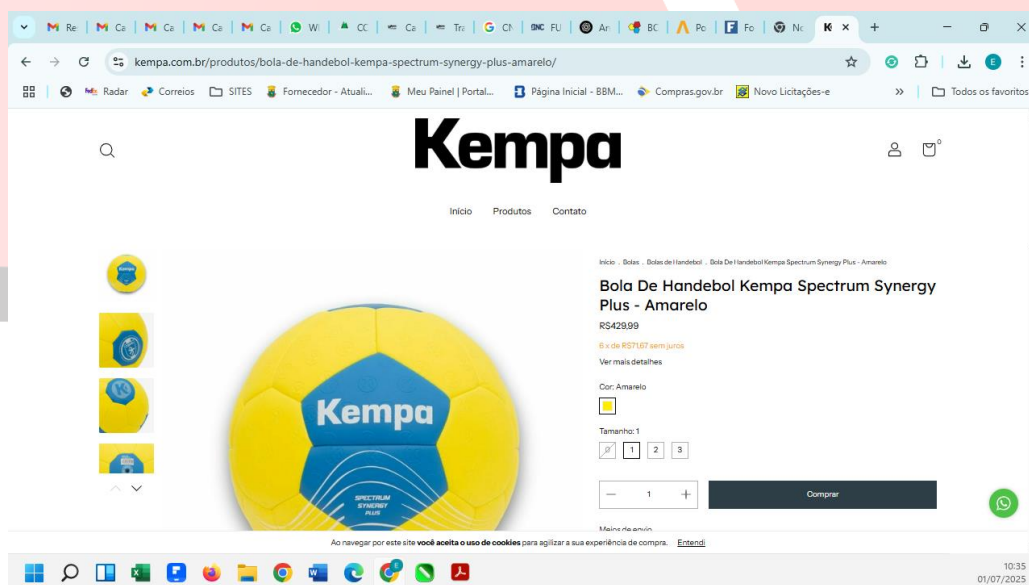
- A bola **Penalty Max 1000 Termotec CBFS** custa entre **R\$ 399,99**. (https://www.penalty.com.br/bola-de-futsal-penalty-max-1000-xxiv/p?property_Cor=Azul)



Trata-se de outro exemplo em que a descrição técnica **restringe a competitividade ao exigir tecnologia patenteada (Termotec)** e a estimativa de preço **ignora por completo a realidade de mercado**.

2.5. Itens 16, 17 e 18 – Bolas de Handebol com aprovação CBHb

O edital exige bolas com aprovação da **Confederação Brasileira de Handebol**, com valores estimados entre **R\$ 92,33 e R\$ 146,39**. No entanto, a bola oficial dos campeonatos brasileiros da modalidade é a **Kempa Spectrum Synergy Plus**, cujo preço no Brasil é de **R\$ 349,90 a R\$ 429,90** (<https://kempa.com.br/produtos/bola-de-handebol-kempa-spectrum-synergy-plus-amarelo/>).



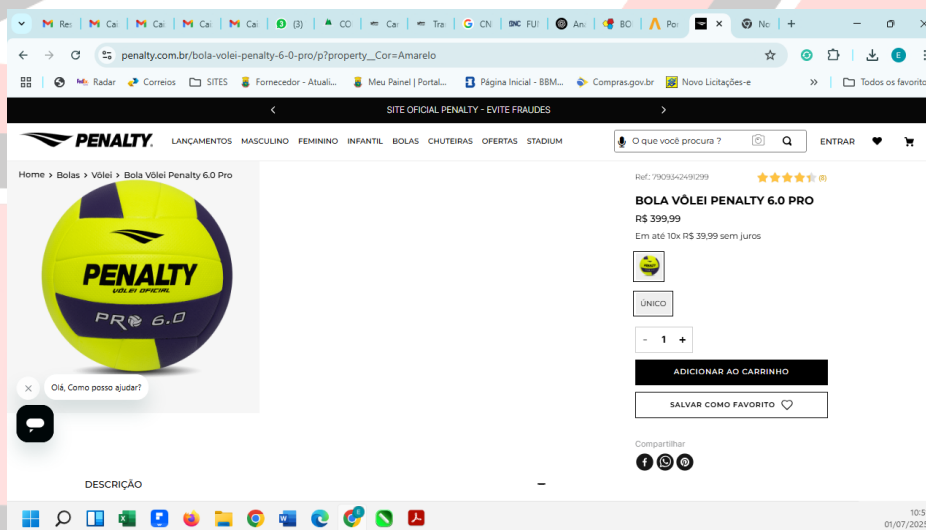
Tal diferença de preços evidencia:

- Pesquisa de mercado feita com modelos diferentes (e inferiores);
- Violação do princípio da economicidade, uma vez que o edital poderá gerar frustrações contratuais;
- Risco à isonomia, caso alguns fornecedores sejam desclassificados por ofertarem modelos realmente compatíveis, porém incompatíveis com a estimativa irreal do edital.

2.6. Item 21 – Bola de Vôlei com “qualidade 6.0 ou superior”

O edital exige que a bola de vôlei tenha “**qualidade 6.0 ou superior**”, expressão que **não existe em normas técnicas nacionais ou internacionais**, como as emitidas pela **FIVB (Federação Internacional de Voleibol)** ou pela **ABNT**. Trata-se de um critério **vago, subjetivo e não normatizado**, incompatível com os princípios da **objetividade**, da **isonomia** e da **legalidade nas licitações públicas** (Lei 14.133/2021, art. 5º, art. 11 e art. 41).

O uso dessa terminologia levanta suspeitas claras de **direcionamento técnico disfarçado**, pois remete diretamente ao nome comercial do modelo “**Bola de Vôlei Penalty 6.0**”, que é vendido no próprio site da fabricante por **R\$ 399,99** (https://www.penalty.com.br/bola-volei-penalty-6-0-pro/p?property_Cor=Amarelo).



Ou seja:

- O edital parece **camuflar uma referência à marca Penalty** usando a expressão “qualidade 6.0”, em vez de descrever as características técnicas do produto;
- Além disso, o valor estimado para esse item é de **R\$ 106,96**, o que corresponde a apenas **26% do preço real praticado** no mercado.

Essa dupla incongruência — **exigência técnica subjetiva somada a estimativa de preço subavaliada** — configura vício grave no edital. A consequência disso é o



potencial **afastamento de concorrentes legítimos**, a **direcionamento indireto de marca** e a **risco de futura frustração contratual**, caso o fornecedor se veja impossibilitado de entregar produto compatível com a expectativa do contratante dentro do orçamento estipulado.

O correto seria que o edital estabelecesse critérios objetivos e verificáveis, tais como:

- **Composição do material (PU, microfibra, PVC, etc.);**
- **Tipo de costura (termofusionada, costurada ou híbrida);**
- **Peso, diâmetro e absorção de água (conforme normas FIVB ou ABNT);**
- **Certificações reconhecidas internacionalmente (ex: “FIVB Approved”).**

Dessa forma, a disputa se tornaria mais justa, transparente e acessível a todos os fornecedores habilitados, evitando favorecimentos e distorções de mercado.

3. DO ABSURDO TÉCNICO E DA ANALOGIA NECESSÁRIA

A comparação entre as especificações exigidas e os valores estimados revela uma contradição tão evidente que merece ilustração clara: **o edital exige o desempenho e os atributos técnicos de uma Ferrari, mas com a estimativa orçamentária de um Ford Fiesta**. E, pior, impõe que essa “Ferrari” seja fabricada por um fornecedor específico — por vezes com tecnologia patenteada — restringindo, na prática, a livre concorrência.

Como exemplo:

- Bolas de basquete com tecnologia “Slip System” e selo CBB cotadas por **R\$ 150**, quando no mercado superam **R\$ 500**;
- Bola Mikasa FT-5, com preço de mercado acima de **R\$ 600**, estimada em **R\$ 77,41**, com atribuição indevida de selo FIFA;
- Bolas de futsal com certificação CBFS exigida por **R\$ 69**, quando as homologadas partem de **R\$ 318**;
- Bolas de handebol com chancela da CBHb cotadas entre **R\$ 92 e R\$ 146**, quando a única fornecedora oficial (Kempa) vende os modelos por **mais de R\$ 400**.

Essa distorção compromete a integridade da licitação e fere não apenas o princípio da economicidade, mas também o da **isonomia** (art. 5º, caput, da Constituição Federal) e o da **competitividade**, previsto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4. DA INFLUÊNCIA COMERCIAL DAS FEDERAÇÕES PATROCINADAS

A exigência de selos de **federações nacionais** (CBF, CBB, CBFS, CBHb) deve ser analisada com cautela, uma vez que tais federações **mantêm contratos de patrocínio com marcas específicas**, o que compromete a imparcialidade técnica da certificação.



Nesse sentido, recomenda-se a adoção de selos **internacionais e independentes**, como:

- **FIFA Quality / Quality Pro**
- **FIVB Approved**
- **FIBA Approved**
- **IHF Approved**

Ou, preferencialmente, a **descrição técnica baseada em normas da ABNT**, tipo de costura, composição, peso, circunferência, absorção de água, etc.

5. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, REQUER:

1. A **retificação imediata dos itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18 e 21**, com:
 - Exclusão de marcas, tecnologias e selos restritivos;
 - Reformulação das descrições com base em características técnicas genéricas e certificações imparciais.
2. A **revisão da pesquisa de preços**, com apresentação dos dados utilizados, sites consultados e datas, sob pena de nulidade dos itens por ausência de motivação válida (art. 5º da LINDB).
3. A reabertura de prazo para apresentação de propostas, caso ocorra alteração nas especificações dos itens impugnados.
4. Que a presente impugnação seja **acolhida integralmente**, por ser medida de justiça, legalidade e interesse público.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Coronel Xavier Chaves – MG, 01 de julho de 2025.

Vertentes Materiais Esportivos Ltda – CNPJ: 52.755.750/0001-77

Ricardo Tadeu da Silva

Administrador